



DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES/CLC

Cais do Apolo, n.º 739, 3º andar, Recife-PE, CEP 50030-902.

Fone: (81) 3454-7964

LIA KELLY
DE
SANTIAGO
GIRAO
03/11/2024 07:50

VINCULUS
SOBREIRA
BRAZ
DA
SILVA
05/11/2024 09:32

REFERÊNCIA: PROAD N.º 25.199/2024

OBJETO: Contratação da colaboradora eventual Odailta Alves da Silva para ministrar a oficina "Tecendo diálogos interseccionais: gênero, raça, classe e sexualidades nas tramas das relações de poder e da inclusão" no evento do Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de raça, gênero e diversidade do TRT6.

ASSUNTO: Revisão do planejamento da contratação.

À Coordenadoria de Licitações e Contratos.

Trata-se de revisão do planejamento para contratação da colaboradora eventual Odailta Alves da Silva, CPF. 035.211.954-30, para ministrar a oficina "Tecendo diálogos interseccionais: gênero, raça, classe e sexualidades nas tramas das relações de poder e da inclusão", a ser realizada no evento do Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de raça, gênero e diversidade do TRT6, no dia 29 de novembro de 2024, na modalidade presencial, com carga horária de 3h/aula, no auditório da Escola Judicial do TRT6, para até 100 participantes.

De início, registre-se que o planejamento da presente contratação envolveu a confecção de um único artefato, a saber, o Termo de Referência. Com efeito, nos termos do art. 24, §1º, II, do Ato TRT6-GP n.º 655/2023, é dispensável a elaboração do ETP nas contratações cujo valor não ultrapasse o previsto no inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133/2021.

Ademais, o art. 27, §4º, do Ato TRT6-GP n.º 655/2023 dispõe que o mapa de riscos é opcional quando não há obrigatoriedade de elaboração de ETP, como no caso em comento.

Nessa esteira, esta Divisão de Apoio Administrativo ao Planejamento das Contratações procedeu à devida análise do artefato em questão, tendo observado a possibilidade de pequenos ajustes quanto à estruturação do documento.

Todavia, considerando a proximidade do evento e tendo em vista que não se faz ressalva quanto aos aspectos técnicos do Termo de Referência, entende-se que não há óbice ao prosseguimento da contratação.

No tocante à contratação por inexigibilidade, importa destacar que a "contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação" está prevista no art. 74, III, da Lei n.º 14.133/2021.

